



**SENADO FEDERAL DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

A POLÍTICA DE (IN)SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO PRISIONAL BRASILEIRO

**VILOBALDO ADELÍDIO DE CARVALHO
AG. PEN. – SINPOLJUSPI/FENASPEN
GEÓGRAFO E MS. EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

BRASÍLIA-DF - 02 DE SETEMBRO DE 2013

- **O QUE É POLÍTICA PÚBLICA? (SOUZA, 2006; SILVA, 2001; PEREIRA, 2009).**
- **O QUE É SEGURANÇA PÚBLICA? (BENGOCHEA, 2004).**
- **POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL (ADORNO, 2002; BEATO FILHO, 2000; FREIRE, 2009; LOPES, 2009; SAPORI, 2007; SALLA, 2003).**

⇒ Toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado decorrente de decisões e não decisões [...] (SILVA, 2001, p. 8).



⇒ [...] Entende-se que **o sistema de segurança tem de ser sistêmico, rápido,** um processo que envolva não só atividades preventivas ou de contenção: precisa ter um início, que é a prevenção, e um final, que é recuperar e tratar os autores do delito [...] (BENGOCHEA et. all., 2004).



⇒ Um processo sistêmico significa envolver, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns [...] (BENGOCHEA et. al., 2004).



⇒ **As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; poderosos símbolos de modernidade (ou a ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam as sociedades. (AGUIRRE, 2009, p. 35).**

A estruturação da política de segurança pública no Brasil

⇒ **Primeira metade do século XX:** práticas autoritárias e centralizadoras; criminalização dos setores subalternos; conservação das estruturas de dominação; 'modernização conservadora' (NEDER, 2009).

⇒ **Ditadura Militar:** paradigma da segurança nacional (FREIRE, 2009).

⇒ **Constituição Federal de 1988:** a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade todos. Órgãos executivos da política de segurança pública de acordo com o artigo 144 da Constituição Federal: as polícias **(não inclusão do sistema prisional)**.

⇒ **Planos Nacionais de Segurança Pública:** a segurança como pressuposto para o exercício da cidadania.

O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) - 2000

⇒ O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), 1996; Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 1998; II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), 2000; Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), 2000.

⇒ **PNSP:** Conjunto abrangente de iniciativas, concentrando ações que antes eram isoladas e pontuais. O plano compreendia 124 ações distribuídas em 15 compromissos. O Plano não fixava os recursos nem as metas para ações, ao mesmo tempo, não estavam estabelecidos quais seriam os mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação (SALLA, 2003).



⇒ **Concepção de segurança fundada na educação em Direitos Humanos. Políticas de segurança pública tendo como foco a multisetorialidade, a multidisciplinaridade, a integração das polícias e destas com a comunidade. Política nacional de segurança focada no estímulo à inovação tecnológica (LOPES, 2009).**

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) - 2007

⇒ **Concepção de 'segurança cidadã'. Considera a natureza multicausal da violência, a heterogeneidade de suas manifestações; abordagem multidisciplinar, políticas públicas multissetoriais integradas, o foco é o cidadão. Articula políticas de segurança com ações sociais (FREIRE, 2009).**

Alguns Objetivos do Pronasci:

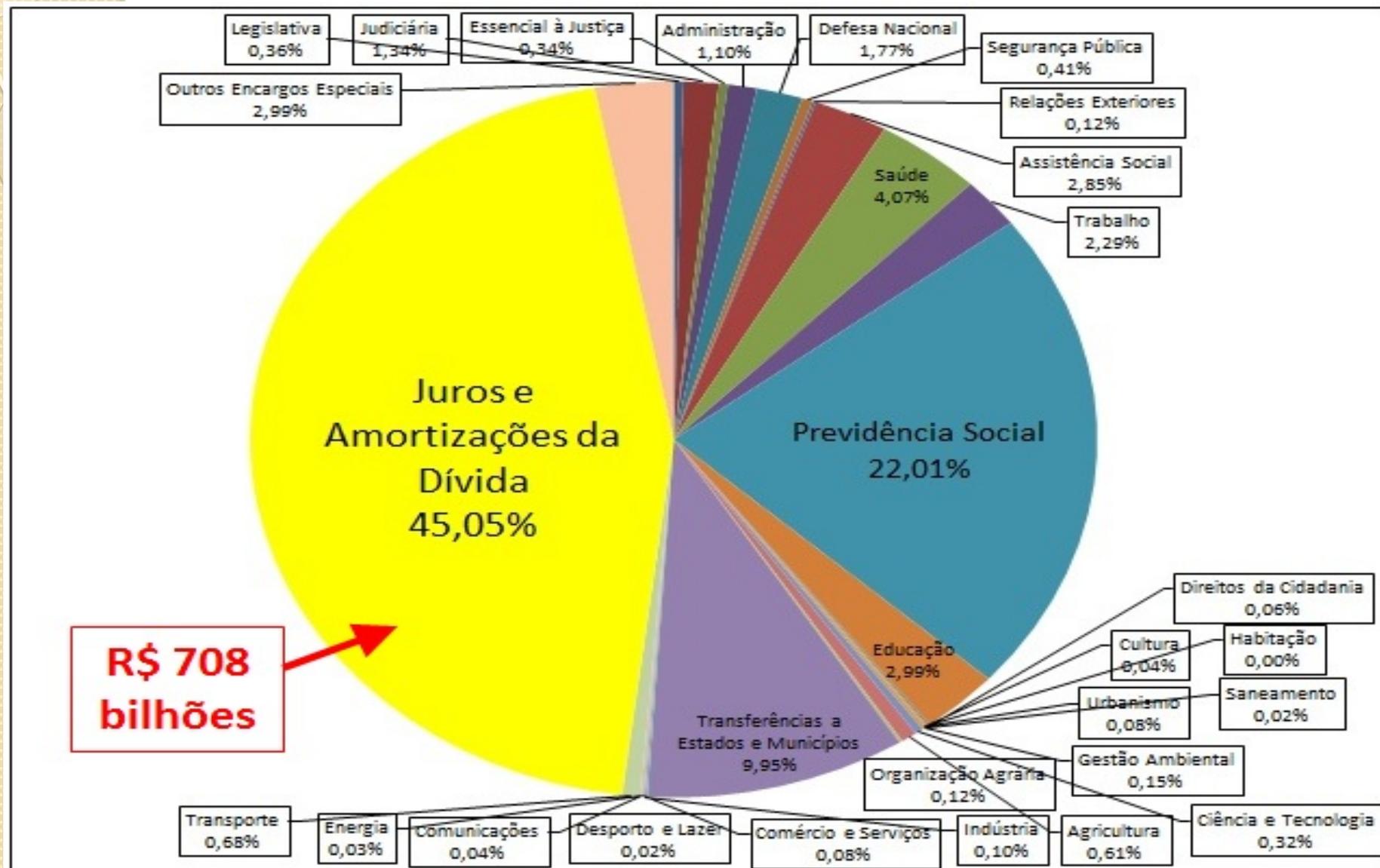
- ⇒ Modernização do sistema de segurança pública, valorização dos seus profissionais e reestruturação do sistema prisional;
 - ⇒ Ressocialização de jovens com penas restritivas de liberdade e egressos do sistema prisional;
-
- ⇒ No ano de 2009 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, definindo princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública.

⇒ **Porém, o que aconteceu? Por que a sociedade foi chamada a discutir um tema tão complexo e os princípios e diretrizes sociais não viraram uma política pública de estado? A quem interessa um país rico inseguro? Indubitavelmente, “país rico” não é apenas “país sem miséria”. País rico é também seguro.**

⇒ Dados (ONU) têm demonstrado que o Brasil se apresenta como um dos países mais violentos do mundo quando se trata, por exemplo, do crime de homicídio.

⇒ O Mapa da Violência de 2013 demonstra que a taxa de homicídios no país cresceu 132,1% entre 1980 e 2011. Enquanto em 1980 foram assassinadas 13.910 pessoas, em 2011 os homicídios provocaram 52.198 vítimas, saltando de 11,7 para 27,1 por cada 100 mil habitantes.

Execução do OGU – 2011



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

⇒ Em 2012 o Orçamento da União foi de R\$ 2.150.458.867.507 (2 trilhões, 150 bilhões, 458 milhões, 867 mil e 507 reais).

⇒ O valor destinado à Dívida Pública foi correspondente a 47,19% de todo o orçamento, equivalente a R\$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de 1 trilhão de reais.

⇒ Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil gastou R\$ 47,5 bilhões com segurança pública em 2010.

⇒ Atualmente tramita no Congresso Nacional a Proposta de Projeto de Lei nº 3734/12, originária do Poder Executivo, com o objetivo de criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

⇒ De acordo com o Projeto o SUSP é composto pelas polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, civis e militares; pelos corpos de bombeiros militares; e pela Força Nacional de Segurança Pública. As guardas municipais poderão colaborar em atividades suplementares de prevenção.

⇒ Isto demonstra que o Sistema Prisional continua à margem do Sistema de Segurança, portanto da Política de Segurança Pública.

População presa, vagas e déficit no Sistema Prisional Brasileiro (2005-2012)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Presos no Sist. Penitenciário	296.919	339.580	366.359	393.698	417.112	445.705	471.254	513.713
Vagas no Sist Penitenciário	206.559	236.148	249.510	266.946	278.726	281.520	295.413	310.687
Déficit de vagas Sist Penitenciário	154.843	165.088	173.080	184.483	194.900	214.731	219.169	237.316
Presos da SSP*	64.483	61.656	56.014	57.731	56.514	50.546	43.328	34.290
População Presa Total	361.402	401.236	422.590	451.429	473.626	496.251	514.582	548.003

Fonte: MJ/DEPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Anos: 2005 a 2012.

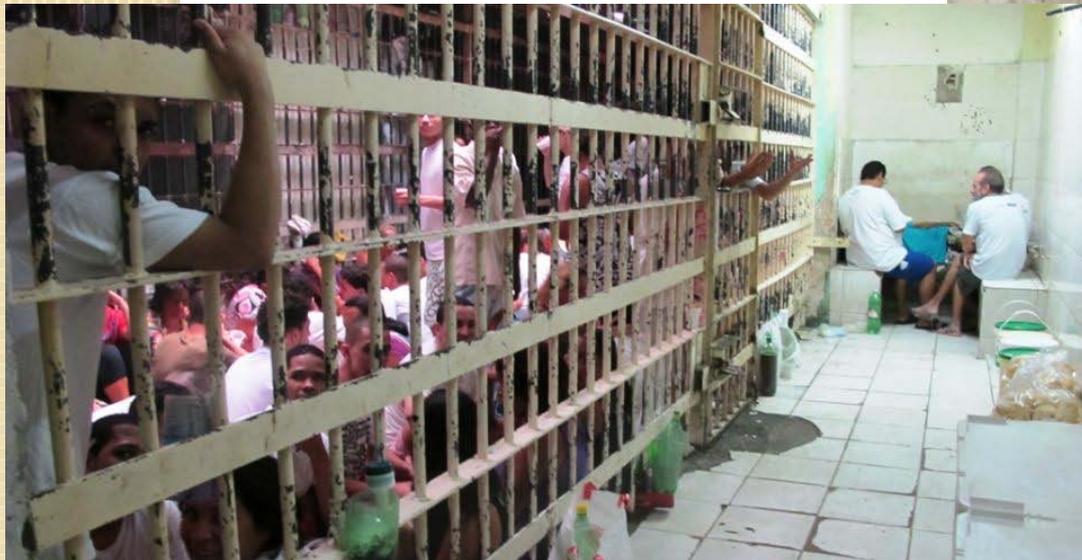
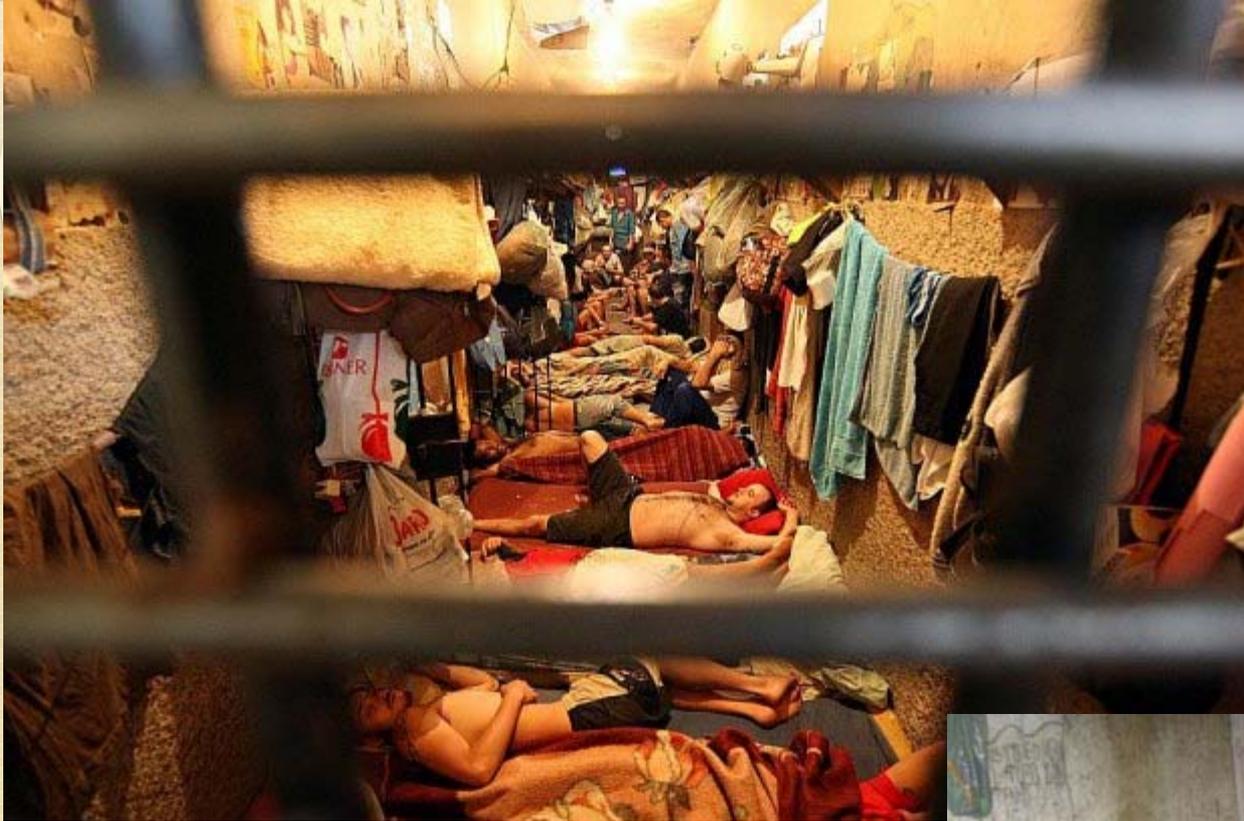
* Secretaria da Segurança Pública.





Corpos amontoados de presos assassinados em Pedrinhas







Considerações Finais

• Como forma de contribuir para a efetivação de uma política de segurança pública de Estado que contemple o Sistema Prisional apresentamos as seguintes sugestões:

⇒ Institucionalização de um Núcleo de Estudos específicos do Sistema Prisional por parte do Ministério da Justiça.

⇒ Federalização de tipos criminais e de execução penal através de reformas do Código Penal, CPC e LEP.

⇒ Adoção de medidas e alternativas à pena privativa de liberdade.

⇒ **Inclusão do Sistema Prisional no Projeto de Lei de criação do SUSP. Projeto nº 3734/2012 (Câmara dos Deputados).**

⇒ **Elaboração e efetivação de um Programa Nacional de Segurança Pública que atenda aos princípios e diretrizes da Conseg (PAC da Segurança Pública).**

⇒ **Padronização da carreira do Agente Penitenciário e profissionalização da gestão do Sistema Prisional.**

⇒ **Destinação de percentuais dos recursos dos royalties do petróleo para investimentos em segurança pública.**

⇒ **Estado brasileiro! Dê-nos preparo (técnico-científico-psicológico), voz e vez, autoconfiança, estrutura de trabalho, segurança, valorização, dignidade; pois não queremos ser o braço, a perna e o coração do Estado na prisão apenas para vigiar e punir.**

⇒ **Queremos sim: ser instrumentos a serviço do Estado e da sociedade para a transformação social; para que tenhamos um Sistema Prisional que respeite e assegure direitos e uma sociedade que conquiste a humanização e a justiça.**

ADORNO, S. Sistema Penitenciário no Brasil: Problemas e desafios. In: **Revista USP**, nº 9. São Paulo, março/abril/maio/1991.

_____. **A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea.** Tese apresentada como exigência parcial para o Concurso de Livre-Docência em Ciências Humanas, junto ao Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea.** *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes. et. al. (orgs.). **História das prisões no Brasil**, vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BEATO FILHO, Cláudio C. Políticas públicas de segurança e a questão policial. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.13, nº 4, 2000. pp. 13-27.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et. all.. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 119-131, 2004.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 3, 5.ed., Ago/Set 2009. pp. 100-114.

LOPES, Edson. **Política e Segurança pública: uma vontade de sujeição.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete... (orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SALLA, Fernando. **Rebeliões nas prisões brasileiras**. In: Serviço Social & Sociedade – Ano XXII, nº 67. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Os impasses da democracia brasileira: O balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil**. Lusotopie, 2003, pp. 419-435.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001, pp. 37-93.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006 p. 20-45.